



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da
força de trabalho**

SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

RAKELLYNE ODNUMIAR VIEIRA ALVES¹

RESUMO

Este artigo discute as repercussões das transformações ocorridas no capitalismo, que implicam diretamente no trabalho do Serviço Social na Assistência Social. Trata-se de uma reflexão ancorada no método crítico-dialético. As análises evidenciam as consequências nas condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais que atuam na Assistência Social.

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalho; Serviço Social; Assistência Social.

ABSTRACT

This article discusses the repercussions of the transformations that have occurred in capitalism, which has directly implicated the work of Social Work in Social Assistance. It is a reflection anchored in the critical-dialectic method. The analyses show the consequences in the working conditions and relations of social workers who work in Social Assistance.

Keywords: Capitalism; Work; Social Work; Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

No processo de desenvolvimento do capitalismo, ao longo das suas transformações, as relações de trabalho percorreram um caminho de diversas modificações, das quais as mais

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

significativas ocorreram na vigência da sociedade capitalista, posto que a força de trabalho deixa o seu caráter estrutural fundamental e passa ao de mercadoria. As transformações ocorridas no capitalismo a partir das últimas três décadas do século XX impactaram profundamente o mundo do trabalho, conforme coloca Antunes (2020), e geraram grandes impactos para a vida dos trabalhadores, entre eles a degradação da vida humana, que passa a ser tida como uma das principais consequências.

Concomitante às reflexões deste autor, no Brasil, em particular na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna fundada na superexploração da força de trabalho, com a imposição de baixos salários, associada a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas. Portanto, esse é o contexto no qual, com a vitória do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, se desenvolveu o processo de reestruturação produtiva.

O trabalho dos/as assistentes sociais reflete desdobramentos decorrentes das novas configurações de mercado de trabalho que reverbera também nos espaços em que atuam e se inserem como coletivo de trabalhadores assalariados, e não diferem das determinações estruturais que movem os processos de intensificação e precarização do trabalho no contexto de crise mundial (Raichelis, 2013). É nesse contexto que perpassa o Serviço Social, tendo a política de Assistência Social como espaço sócio-ocupacional de destaque neste momento, pelo crescente campo de atuação desses profissionais.

Isto posto, o presente estudo tem por objetivo analisar as condições e relações de trabalho do Serviço Social na Assistência Social na contemporaneidade, a partir da contextualização do processo histórico do modo de produção capitalista, frente aos seus rebatimentos. Ancorado no método crítico dialético, trata-se de uma análise a qual apreende a realidade a partir de suas constantes mudanças e transformações, considerando também a processualidade histórica.

Os conteúdos discutidos são consubstanciados com dados secundários dispostos a partir do processo de pesquisa do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional, divulgado em 2022 pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, e agora em 2024 publicado uma segunda fase com análise de dados como continuidade e complementação com a possibilidade de reflexão sobre como se dão as condições de vida e de trabalho dos/as assistentes sociais, sendo pois esta segunda edição o enfoque de destaque dos dados contidos neste estudo.

O artigo encontra-se organizado em quatro seções, inicialmente, esta breve introdução apresentada, seguida do segundo tópico que busca discorrer sobre o movimento histórico do capital paralelo às modificações para o mundo do trabalho, assim como apresenta o cenário de crise do capital e acumulação flexível no Brasil; posteriormente, no terceiro tópico, busca apresentar os dados e as reflexões decorrentes das condições e relações de trabalho do Serviço Social na Assistência Social na atualidade. Na última seção são realizadas algumas considerações finais acerca do cenário das condições de trabalho dos/as assistentes sociais apresentadas ao longo deste artigo.

2 UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao discorrer sobre o trabalho do Serviço Social na Política de Assistência Social na atualidade faz-se necessário uma breve síntese do resgate histórico da sociedade capitalista para apreensão dos seus desdobramentos, considerando que é a partir da consolidação do capitalismo que o trabalho tem suas modificações, causando um impacto significativo nas relações sociais. Foi a partir da passagem do sistema feudal que ocorreu o favorecimento do surgimento do sistema capitalista, o que relata Netto e Braz (2012) é que o capitalismo tem a sua própria história, produto de transformações operadas ainda no seio da ordem feudal, a partir do momento em que se impôs instaurou mecanismos e dispositivos de desenvolvimento que lhe são peculiares.

Ao tomar como norte as análises destes autores, registra-se o estágio inicial de acumulação primitiva, ao qual Marx (1988) define por pré-história do capital e caracteriza-se pelo processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é o processo histórico que dissocia o trabalhador dos processos de produção.

Essa fase prolonga-se até os primeiros passos do estágio do capitalismo principiante, denominado capitalismo comercial. A crise do feudalismo demarca um solo fértil para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia, detentora do controle das principais atividades econômicas. Maneira pela qual acontece o processo de exploração e o trabalho é executado sob o comando dos detentores dos meios de produção, submetendo ao trabalhador a tal forma de relação de produção, o qual não

tem outra alternativa além de vender a sua força de trabalho como mercadoria e, com isso, acaba por se colocar sujeito a esse processo cruel e alienante, e torna os indivíduos sem se conhecer como parte do trabalho e do que dele é produzido.

É no período relacionado ao capitalismo comercial que surgem as grandes transações comerciais, com negociação de produtos encontrados nas expedições exploratórias e, relacionado a isso, deriva que o sistema de produção capitalista surge a partir da produção e comercialização de mercadorias em nível mundial, decorrente da expansão marítima e desenvolvimento do comércio. Em meio a essa fase surge a moeda e a divisão da execução de uma atividade em várias operações diferentes e intituladas a grupos distintos de trabalhadores/as, cada qual com sua função particularizada.

Em decorrência, prossegue o capitalismo concorrencial, iniciado em meados do século XVIII, pelo surgimento de várias indústrias em face do processo de Revolução Industrial, quando a manufatura é substituída pelas máquinas, sinalizando que apenas a força braçal não constituía maiores ganhos, e é quando o trabalho manual é realizado em larga escala de produção. Neste momento, abre-se margem para médias e pequenas indústrias, que favoreceu os detentores dos meios de produção apropriar-se em uma dimensão maior, quando esses valem-se de recursos naturais, técnicos e humanos. É quando o trabalhador deixa seu modo de produção por inteiro para fazer parte apenas de um de suas fases, distanciando ainda mais e alienando-se como parte do produto final.

Todavia, essa celeridade dos processos industriais refletiu em condições precárias para os trabalhadores, dentre elas conforme Netto e Braz (2012) colocam que é sobre a base da grande indústria que provocará um processo de urbanização sem precedentes, ocasionando a falta de condições dignas de moradia, em face da mudança do campo, além das péssimas condições de trabalho. Acerca destas, as intensas horas de trabalho, os baixos salários, além da falta de leis trabalhistas e de assistência médica, causada principalmente por esta última, acabava por desencadear acidentes de trabalho e os trabalhadores eram substituídos por outros, aumentando o fluxo de trabalhadores na espera do excedente da demanda do capital e do desemprego.

Diante de tal forma de degradação das condições humanas e da brutalidade da exploração capitalista, os trabalhadores desta fase, denominados operários, se organizam em uma resistência por melhorias nas condições de trabalho. Afinal, nada mais importava aos empregadores: somente a obtenção de lucro pelo trabalho. Netto e Braz (2012) afirmam que,

como se vê, as lutas de classes influem fortemente no desenvolvimento das forças produtivas. A própria condição de possuir uma demanda de trabalhadores excedentes faz vantagem à lógica do capital, vivendo à margem da miserabilidade.

Em continuidade, ao estágio do capitalismo que perdura até os dias atuais, o capitalismo monopolista, observa-se dois processos: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos. Estes últimos funcionavam como intermediários de pagamentos, mas desenvolve-se como peças-chaves do sistema de créditos, fazendo o uso em meio à concorrência entre os capitalistas industriais. É nesse cruzamento do âmbito bancário que também acontece a monopolização industrial.

Outras mudanças referem-se ao aumento da concorrência internacional, especulação e expansão do mercado financeiro, avanços tecnológicos, entre outros e o capital passa a centralizar cada vez mais nas mãos de poucos, em grandes monopólios detentores do sistema econômico global, justificando a denominação de capitalismo monopolista. Com as contradições sociais mais latentes, é nesse cenário que se volta o olhar para criação de políticas sociais, mas de modo ao desenvolvimento e controle da força de trabalho.

Nesse contexto, acontece a passagem do modo de produção fordista-keynesiano, com a produção em série, e acontece o modelo toyotismo, baseado no regime de acumulação flexível, com trabalhadores informais e com subcontratações, sendo posta a precarização do trabalho. Conforme Antunes (2006) contextualiza que o toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

2.2 O CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO BRASIL

As crises são cíclicas ao longo da história e acabam por se tornar instrumentos de reprodução para o capitalismo, revelando contradições existentes neste modelo de produção, sobretudo pela produção e apropriação privada de riqueza. Entender a mutabilidade é pensar que existe uma controvérsia, uma vez que o capital pressupõe o trabalho e essa relação dialética se expressa à medida em que ele se metamorfoseia. Desse modo, movimentos de crise são



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inerentes ao sistema e estão atrelados à sociedade capitalista, os quais tendem a se redesenhar em diferentes contextos conforme visualizado nos últimos anos.

As crises são funcionais ao Modo de Produção Capitalista: constituem os mecanismos mediante os quais esse modelo restaura, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade. Por isso mesmo, as crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências – não têm o dom de conduzir esse modelo ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo. (Netto e Braz, 2012, p.175)

Nesse cenário, de crise cíclica, o capital visualiza no toyotismo o modelo de produção para superar a crise e é quando emerge a acumulação flexível do trabalho, baseada na flexibilização e nas suas muitas consequências para a atualidade. Antunes (2020) coloca que essas mudanças se baseiam em traços como uma produção diretamente vinculada à demanda, depende do trabalho em equipe e estrutura-se no processo produtivo flexível.

Nos países periféricos, e entre eles o Brasil, a política de pleno emprego, decorrente do fordismo-keynesiano, não se consolidou, já que suas economias se encontravam subordinadas ao capitalismo monopolista, ainda que possuíssem um Estado com alguns sinais do sistema de proteção social. É diante disso que o modelo neoliberal se estrutura no mundo do trabalho, a partir da flexibilização da gestão e organização, com um Estado que oferta os mínimos sociais para os trabalhadores.

No Brasil perpassa um processo de desestabilização após a abertura econômica para o capital estrangeiro em meados da década de 1990, e esse fato culmina ainda mais em um aumento da taxa de desemprego e na desregulamentação do mercado de trabalho. Diante dessa nova conjuntura, tenta-se solucionar essa situação alarmante por meio de um conjunto de reformas econômicas, todavia, os resultados esperados não foram alcançados.

Nesta mesma década, em meio a flexibilização e paralela precarização do trabalho no cenário brasileiro, com a propagação do neoliberalismo, aumentou o processo de reestruturação produtiva através de novos padrões organizacionais e tecnológicos, da inserção de modelos organizacionais e de introdução dos métodos participativos, resultante das imposições das empresas transnacionais que conduziu as subsidiárias no Brasil a adotarem técnicas inspiradas no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação.

Esses aspectos repercutem na atualidade. Considerando o cenário recente das análises que envolvem o mundo do trabalho, a conquista dos direitos pelos cidadãos tem se tornado alvo constante dos ataques dos governos autoritários e conservadores, que têm utilizado medidas que reforçam a fragmentação das relações de trabalho (Santos e Pimentel, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É nesse âmbito contraditório que a precarização do trabalho perpassa o Serviço Social, como profissional que se estabelece trabalhador assalariado, estando sujeito às várias maneiras advindas do processo de acumulação flexível. O/a assistente social encontra-se inserido nos mais diversos espaços de atuação: habitação, educação, saúde, assistência social, e é sobre esse último, mais precisamente na Política de Assistência Social, que o próximo item deste trabalho versa, considerando os desafios e as condições no que tange o trabalho dos/as assistentes sociais.

3 AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PARTICULARIDADES CONTEMPORÂNEAS

Ao tratar sobre o trabalho do Serviço Social na atualidade requer considerar as particularidades históricas do processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social, a partir do significado social da profissão na sociedade capitalista. É considerada a partir do surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão que se vincula à emergência das demandas da sociedade capitalista e as suas estratégias e mecanismos de regulação social e reprodução da ideologia dominante.

As ações profissionais do/a assistente social são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e sociedade civil que impactam sobre a regulação do mercado de trabalho profissional. Especificamente, as condições do trabalho do/a assistente social nas instituições públicas estatais, depende do perfil assumido pelo Estado, em relação às políticas públicas, do alargamento e amplitude dos direitos sociais, do alcance das intervenções política, da constituição e distribuição do fundo público e da capacidade tecnológica e resolutiva destas políticas. A combinação destes diferentes fatores é determinante para a definição das formas de ingresso, contratação, treinamento, capacitação continuada e disposição organizacional desta força de trabalho (Almeida e Alencar, 2011).

O percurso da Assistência Social repercute do processo assistencial no Brasil até a sua concepção como política pública promulgada pela Constituição Federal de 1988. Este acontecimento, a partir de sua inclusão no tripé da Seguridade Social, significou um importante avanço no campo dos direitos sociais, que passam a ser de responsabilidade do Estado, com a coparticipações. Considera-se que seu processo de avanço e conquista foi bastante árduo, paralelos aos retrocessos e de acordo com o contexto social e econômico do país.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pertence ao estrutural da Seguridade Social desde a Constituição Federal de 1988, junto da Previdência Social e Política de Saúde. Concernente à execução dos serviços socioassistenciais, o Sistema Único de Assistência Social foi estabelecido em dois níveis de atenção: a Proteção Social Básica (PSB), concebida por um conjunto de atividades socioassistenciais direcionada à proteção e prevenção social aos indivíduos e famílias com ênfase no fortalecimento da convivência familiar e comunitária; e a Proteção Social Especial (PSE), que desenvolve atividades com as famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

No que se refere à gestão do trabalho, temos a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH, em 2006 que se constituiu em um relevante instrumento político normativo, pois define diretrizes e parâmetros gerais para a organização e gestão do trabalho profissional na assistência social, reconhecendo a especificidade desse campo de atuação. No entanto, destaca-se que a concretização da NOB/RH/2006 ainda é um desafio e a NOB SUAS 2012 reafirma a política de Assistência Social como política de Seguridade Social, alicerçada de direitos, tal como consagrado pela Constituição.

A partir da criação do SUAS, das normativas técnicas (NOB), da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, das resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na intenção de operacionalizar o sistema, permite uma expansão da rede socioassistencial diante do desenvolvimento do capitalismo e suas consequências para a sociabilidade, permeando a trajetória do Serviço Social nesta Política, como um importante campo de atuação dos/as assistentes sociais e que reflete em suas condições de trabalho.

Partindo do exposto, considera-se relevante mediar alguns dados a partir do Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais – Fase 2: Dados da Pesquisa Facultativa – coletados no período de 2016 a 2019. É derivado da pesquisa do livro Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional, que registrou os dados do cadastramento, divulgado em 2022 pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, e agora em 2024 foi publicado uma segunda fase, a partir da análise de dados da pesquisa facultativa, como continuidade e complementação com a possibilidade de reflexão sobre como se dão as condições de vida e de trabalho dos/as assistentes sociais, sendo esta segunda edição o enfoque dos dados contidos neste estudo.

Conforme publicação do CFESS (2024) entre os/as 7.873 assistentes sociais participantes que declararam exercer a profissão no momento da coleta, a maior predominância de atuação foi na política de Assistência Social, que vem se constituindo como o principal espaço sócio-ocupacional, desde a aprovação da LOAS (1993) e especialmente com a implantação do SUAS (2005). Os dados totalizam 49,79% de profissionais na Assistência Social, seguidos de quantitativos decrescentes de participação em outras políticas, mas o que demonstra que quase metade dos profissionais encontram-se na Assistência Social e sugere que as condições e relações de trabalho apontadas nesta pesquisa são determinadas fortemente por esse espaço de atuação (CFESS, 2024).

A Assistência Social como espaço sócio-ocupacional concentrado dos/as assistentes sociais revela significância e padece de atenção diante da contradição que é posta, pois se por um lado coloca a efetivação de direitos para a classe trabalhadora e conquistas como a expansão do campo de atuação para os/as assistentes sociais, em controvérsia, coloca os seus desmontes expressos principalmente pelas novas formas de intensificação do trabalho, da superexploração, exigência de metas, rotinização do trabalho, salários degradantes, assédios e adoecimentos, conforme coloca Antunes (2020) perante a nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora.

No que compete a remuneração salarial dos/as assistentes sociais por espaço sócio-ocupacional foi possível verificar que mais de 50% das respondentes que atuam na principal área – Assistência social – recebem remunerações mais baixas, entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 (31,16%) e entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (32,21%) (CFESS, 2024). Contraste com outras áreas como a da saúde, que percebe-se um valor mais alto, assim como o sociojurídico, o que demonstra que na Assistência Social, ainda que as relações de trabalho não se estabeleçam entre detentores e não detentores dos meios de produção, encontra-se relações de exploração, subordinação e dominação próprias da condição de assalariamento, que envolvem disputas em relação às condições de trabalho, como neste caso o baixo valor dos salários dos/as assistentes sociais desta política, consequência da acumulação flexível permeada no Brasil.

A condição de assalariamento que se expressa na política de Assistência Social vincula-se ao processo histórico do desenvolvimento do capitalismo, conforme coloca Harvey (2013) os movimentos do salário são regidos pela acumulação do capital. Assim, o profissional de Serviço Social se insere no mercado de trabalho assumindo a condição de trabalhador



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assalariado, estando submetido às diversas formas de precarização oriunda do processo de acumulação flexível, como os demais trabalhadores.

Outro dado relevante para as análises seguintes é acerca da natureza da instituição empregadora, que demonstra sobre o predomínio do setor público municipal como o principal local de contratação dos/as assistentes sociais no Brasil, reflexo de dados anteriormente expostos, pois esse vínculo estabelece 54,75% do total, um quantitativo representativo tendo em vista que os governos municipais são os principais responsáveis pela execução de políticas como a Assistência Social, principal política de atuação dos/as assistentes sociais. Acerca disso, é importante pontuar que

Os/as assistentes sociais funcionários públicos vêm sofrendo os efeitos da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos públicos, demissão de funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perdas de direitos etc (Iamamoto, 2011, p.123-124).

Desencadeando as análises acerca das relações de trabalho, a pesquisa demonstra quanto à forma de ingresso que predomina o concurso público com 55,14% do total, o que paralelo indica a situação de parcela dos/as assistentes sociais na Assistência Social (CFESS, 2024). Ademais, contudo, existem outras formas de ingresso como por convite/indicações, cargo comissionado e pregão eletrônico, e revela a preocupação de relações de trabalho nesta política por formas temporárias, instáveis e precarizadas de relações de trabalho, o que Antunes (2020) retrata na ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade e registro na carteira, quer em atividade mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego.

Em consonância, expõe-se como as formas de ingresso definem os tipos de contrato, em sintonia com os dados da tabela anterior, a maioria de respondentes é servidor/a público estatutário/a, com 49,26% do total, cujo ingresso só poderia se dar por concurso público. Todavia, os outros 50,73% somam-se de tipos de contrato como celetista (CLT), contrato temporário, prestação de serviço, cargo comissionado e sem contrato, o que revela um descompasso de retrocessos do modelo de flexibilização das relações de trabalho imposto no país, por meio de perda de direitos, trabalho intermitente e a terceirização irrestrita, por exemplo. Ademais, cabe a sinalização que mesmo com o percentual de trabalhadores/as no serviço público na política de assistência não significa que não perpassa as tendências de precarização no mundo do trabalho atual.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Os dados anteriormente discutidos fazem relação com a política de Assistência Social tendo em vista que se constata a progressiva redução do quadro de servidores/as estatutários/as e ampliação de vínculos contratuais precários, sendo uma realidade mais significativa nos municípios, instância federativa onde trabalha a maioria das/os assistentes sociais desta política, pois é onde vive e labuta grande parte da população brasileira. E são as prefeituras que recebem as demandas dos/as cidadãos/ãs que dependem dos serviços públicos municipais para a reprodução da vida nas cidades, em um contexto de agravamento da questão social e degradação do emprego e do mercado de trabalho (CFESS, 2024).

Essas apreensões repulsam sobre os processos de trabalho do/a assistente social dificultando a estruturação de ações que possibilitem a realização de intervenções ampliadas frente às necessidades sociais apresentadas pelos usuários dessa política social. Acerca disso Raichelis (2013) coloca que se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como profissão liberal, seu exercício profissional se realiza mediatizado por instituições, tensionado pelas contradições na sociedade do capital e o/a assistente social submetido à condição de trabalhador assalariado, cuja atividade se assenta em normas próprias que orientam as relações de trabalho.

Isso acontece à medida que os profissionais aqui referenciados, na contemporaneidade, com dados que condicionam a realidade vivenciada no âmbito do SUAS são apontados pela:

Existência de um mercado de trabalho que, ao mesmo tempo que reproduz características históricas, com maior presença do emprego público, acesso aos postos de trabalho por meio de concurso público e predominância de regime jurídico estatutário, espelha relações de trabalho moventes e heterogêneas, bem como a introdução insidiosa de distintas modalidades precárias de trabalho, especialmente no espaço estatal, típicas da nova morfologia do trabalho do capitalismo do século XXI (CFESS, 2022, p. 126).

No que se refere à jornada de trabalho a pesquisa revelou que a jornada de 30h é predominante com quase 61% do total de respostas, o que aparenta indicar que o setor público municipal têm cumprindo a lei que reduziu a jornada semanal, uma vez que são os maiores empregadores da Assistência Social, porém, tal realidade não significa a dilapidação da precarização do trabalho, pois não foi possível apurar se a redução da jornada para 30h implicou em cortes salariais, desrespeito à lei das 30h, conquistada pela categoria dos/as assistentes sociais há mais de uma década (CFESS, 2024).

Outro avaliação de relevância para as reflexões sobre as condições de precarização na contemporaneidade, refletindo a presença de vínculos contratuais instáveis e flexíveis na assistência social, é sobre a relação do espaço sócio-ocupacional versus a mudança de emprego nos últimos cinco anos, sendo 56% dos profissionais que responderam afirmaram que não mudou



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de emprego nos últimos anos, o que confere ao maior vínculo por concurso público, todavia, o restante de 46% revelou ter mudado ao menos um vez de emprego nos últimos anos, reverberando na existência de forte rotatividade no emprego, ponto de atenção sobre os motivos de desencadeamento.

Como decorrente desse molde de precarização que o sistema capitalista impõe nas relações de trabalho na assistência social, é relevante o dado sobre ocorrências e motivos de adoecimento no trabalho, considerando que 32,69% do total dos/as assistentes sociais dessa política afirmaram adoecimento em decorrência do trabalho, o que torna-se mais alarmante a reverberação do debate sobre atribuições e competências profissionais no tempo presente, afinal como coloca Raichelis (2020) é tarefa das mais desafiadoras, porque exige apreender a reconfiguração dos espaços ocupacionais à luz da nova morfologia do trabalho, no contexto de crise do capital e do profundo ataque contra o trabalho e os direitos da classe trabalhadora.

Nesse contexto de transformações societárias com forte impacto do neoliberalismo e expansão do espaço sócio-ocupacional pela política de Assistência Social, se observa uma ampliação e associação do trabalho ao adoecimento, atingindo o profissional não apenas em suas condições objetivas, mas também subjetivas. Esse contexto contemporâneo contribui para o surgimento de novas demandas e a transformação do mercado, onde as condições para a materialização do trabalho profissional são profundamente modificadas.

Se cruzados com os fatores que desencadearam adoecimento no trabalho, a pesquisa elenca entre eles: a insalubridade no local de trabalho; ausência de reconhecimento e valorização; caráter rotineiro e repetitivo do trabalho; assédio moral; redução do número de recursos materiais e humanos e sobrecarga de trabalho, por exemplo, configurando informações reveladoras da precariedade estrutural do trabalho presente nas condições materiais, técnicas e éticas do trabalho e se observados as implicações de demandas presentes nas legislações da política de assistência social no Brasil e efetivadas na contemporaneidade.

O que merece também ser exposto perante ao impacto da inserção de transformações no mundo do trabalho, impulsionadas também pelo aumento do uso das tecnologias digitais, causando a padronização, simplificação e rotinização do trabalho, que incidem significativamente nas atribuições privativas e competências profissionais na política de Assistência Social, o que impede a qualidade do trabalho técnico e bloqueia que profissionais especializados possam realizar o trabalho intelectual para o qual estão capacitados a materializar.

Essas características do processamento do trabalho e suas formas de gestão e controle se disseminam com grande velocidade, também em função da incorporação das Tecnologias

de Informação e Comunicação (TICs), que, se por um lado podem representar potencializadores dos instrumentos de trabalho já utilizados pelo Serviço Social, como registros e sistematização de dados, pesquisa e organização de informações, produção de relatórios, etc.; por outro, seu uso cada vez mais intensivo não pode ser desvinculado dos objetivos de reduzir custos do trabalho vivo e enquadrar processos e ritmos institucionais às metas de produtividade, ampliando-se controles sobre tempos, ritmos e resultados do trabalho. (Raichelis, 2020, p. 33-34)

Esse cenário revela o cotidiano de diversos assistentes sociais atuantes da política de assistência social, espalhados pelo Brasil, configurando as refrações da expansão da acumulação flexível presentes nos ditames do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo – globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação – promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho (CFESS, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo inicia-se uma mediação entre o processo histórico do modo de produção capitalista e as condições e relações de trabalho do Serviço Social na Assistência Social na contemporaneidade, identificando que a realidade da categoria profissional dos/as assistentes sociais nesta política vivencia os desdobramentos e consequências das modificações expostas para o trabalho frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Esses rebatimentos, contudo, são vivenciados com mais expressão nas últimas décadas a partir do processo de reestruturação do capital. Os dados do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil demonstram a política de Assistência Social com o maior número de assistentes sociais em exercício, sendo pois onde concentra os salários mais baixos como remuneração, o que configura os impasses ao exercício profissional, a partir do projeto neoliberal, que desencadeou em baixos salários, contratações temporárias, o corte de gastos públicos das políticas sociais e trouxe consequências para a profissão, por ser a política de Assistência Social como o principal *locus* de trabalho.

Ademais, com a flexibilização do trabalho, a classe trabalhadora é permeada por diversos desafios, não diferente o Serviço Social como profissão também, e coloca-se diante de novas exigência e demandas sociais e institucionais, o que é alarmado pelos dados de assistentes sociais em processo de adoecimento em decorrência do trabalho, sendo uma parcela



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

considerável destes atuantes na Política de Assistência Social, deixando explícito a realidade de controvérsia das condições de trabalho impostas pelo Estado neoliberal.

Nesta perspectiva, é preciso a continuidade das análises que permitam explorar a relação do exercício profissional na Assistência Social na atualidade, perante os serviços ofertados por esta política, frente às novas organizações de gestão de governo e trabalho. Além das considerações dos desafios postos aos/as assistentes sociais e que permeiam o seu espaço de trabalho e os meios pelos quais o materializa, fazendo-nos refletir acerca dos limites, possibilidades e contradições que estão determinados socialmente e são inerentes à sociedade capitalista.

Por fim, destaca-se a necessidade e importância do aprofundamento e avanço de estudos que analisem essas condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito da Assistência Social, nos marcos de uma análise crítica que não desconsidere as leis universais que regem o capitalismo, mas permitam um esforço para também apreender as particularidades dessa universalidade nas economias dependentes e nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador**. São Paulo em Perspectiva 17(1): 3-10, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a01.pdf> Acesso em: 02 de agosto de 2024.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. ALENCAR, Monica Maria Torres de. **Serviço Social trabalho e políticas públicas**. São Paulo. Saraiva. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, trabalho e formação sociopolítica**. Brasília: CFESS, 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf> Acesso em: 02 de agosto 2024.

_____. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 02 de agosto 2024.

HARVEY, David. **Para entender O Capital – Livro 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Livro 1, vols. 1 e 2.

NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Élica Batista dos; PIMENTEL, Rosalinda Chedian. **Os des(caminhos) da contrarreforma trabalhista e seus desdobramentos**. *Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 336- 352, 2021.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção Social e o Trabalho do Assistente Social: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, p. 609-635, n. 116. 2013.

_____; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. Atribuições privativas do/a assistente social em questão**, v. 2, p. 11-42, 2020.

SANTOS, Élica Batista dos; PIMENTEL, Rosalinda Chedian. **Os des(caminhos) da contrarreforma trabalhista e seus desdobramentos**. *Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 336- 352, 2021.